

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º /2025.

Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 75, de 29 de dezembro de 2025, que “dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Unaí e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Complementar n.º 75, de 29 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 155.....
.....

§4º Não se incluem na base do cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza quando se tratar de serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços da Tabela 01 do Anexo I desta Lei Complementar:

I - o valor das mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS; e

II - o valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

.....

§13. Considera-se mercadorias, para efeitos do inciso I do 4º deste artigo, aquelas que incorporam diretamente à obra, na condição de elemento necessário à sua construção.

§14. Para efeito da dedução na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, prevista no inciso I do 4º § deste artigo, o prestador do serviço deverá apresentar a Nota Fiscal referente às mercadorias produzidas por ele e utilizadas na empreitada, devendo conter:

I - a mercadoria produzida e empregada na obra, com especificação da quantidade, espécie, valor e nome da empresa fornecedora;

II - o número e data de emissão das respectivas notas fiscais.



§15. As notas fiscais referentes às mercadorias passíveis de dedução deverão consignar:

I - nome da empresa construtora e data de emissão;

II - o endereço de entrega da mercadoria, que deverá ser o mesmo da obra;

III - especificado a obra a que se destina.

§16. Para efeitos de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), equiparam-se aos serviços de construção civil e obras de construção hidráulica, previstos no subitem 7.02 da Lista de Serviços do Anexo I desta Lei Complementar as seguintes atividades, quando executadas pelo próprio prestador do serviço da obra:

I – O fornecimento de concreto usinado, asfalto ou outros materiais preparados no local da obra, (canteiro), ou fora dele, que se incorporem diretamente à construção, quando fornecidos pelo próprio prestador do serviço da construção.

II – O fornecimento e a produção de quaisquer bens ou mercadorias pelo prestador do serviço, produzidos dentro do canteiro de obras e destinados à incorporação imediata à obra.

§17. Nos casos previstos no § 16 deste artigo, o valor do serviço será a base de cálculo integral do ISSQN, conforme o subitem 7.02 da Lista de Serviços do Anexo I desta Lei Complementar, não se aplicando a dedução da base de cálculo prevista para materiais." (NR)

.....

Art. 250. Fica instituída a Contribuição para custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos - COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, observado o disposto nos incisos I e III do *caput* do art. 150 da Constituição Federal.

Art. 251. Constitui fato gerador da COSIP a fruição, direta ou indireta, dos serviços de iluminação pública e de segurança pública consistente em sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, no território do Município.

§ 1º A COSIP custeará despesas com:

I - a prestação e a universalização dos serviços de iluminação de vias, logradouros, praças e demais bens públicos;

II - serviços de monitoramento, segurança e preservação de logradouros públicos;

III - demais atividades correlatas.



§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, consideram-se incluídas as seguintes despesas:

I - custeio, aquisição, instalação, operação, gestão, desenvolvimento de projetos, expansão, manutenção, modernização e melhoria dos serviços de iluminação pública, inclusive eventuais custos com enterramento de linhas de energia e aperfeiçoamento na infraestrutura urbana para adaptação de novas tecnologias ao sistema de iluminação pública, em qualquer área do território municipal;

II - custeio, aquisição, instalação, operação, gestão, desenvolvimento de projetos, expansão, manutenção, modernização e melhoria dos serviços de monitoramento, segurança e preservação de logradouros públicos, incluindo os ativos necessários à implementação, ao funcionamento e à integração de sistemas de gestão de monitoramento pela Administração Pública, em qualquer área do território municipal;

III - realização de obras em logradouros públicos, conservação de construções públicas ou de interesse público, instalação e manutenção de mobiliário urbano e bens públicos, sempre que destinados à viabilidade, ao suporte, à operacionalização, à preservação ou à otimização de equipamentos de iluminação pública ou de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, e demais serviços previstos neste artigo.

IV - medidas para prevenção de acidentes e asseguramento da continuidade e da universalidade dos serviços de iluminação e de monitoramento, segurança e preservação de logradouros públicos, inclusive o monitoramento, a manutenção e a poda de vegetação urbana.

§ 3º A COSIP incidirá, mensalmente, sobre cada uma das unidades autônomas de imóveis, edificados ou não situados em logradouros públicos.

Art. 252. É sujeito passivo da COSIP a pessoa física ou jurídica, beneficiária dos serviços de iluminação e de segurança pública, que serão identificados pela propriedade, titularidade de iluminação e de segurança pública, titularidade de domínio útil ou pela posse, a qualquer título, de imóvel urbano.

§ 1º As entidades sem personalidade jurídica, como espólios e condomínios, são contribuintes quando se enquadrarem nas condições previstas no *caput*.

§ 2º Também são contribuintes da COSIP, independentemente de possuir ligação regular e privada ao sistema de fornecimento de energia elétrica:

I - os autoprodutores de energia elétrica que redistribuam energia a terceiros;

II - os autoprodutores de energia elétrica que comercializam a energia produzida no mercado livre de energia.

§ 3º Consideram-se beneficiários do serviço de iluminação e de segurança pública todos os proprietários, titulares de domínio útil e possuidores, a qualquer título, de imóveis localizados na municipalidade, a despeito de serem ou não abastecidos por energia elétrica privada.



Art. 253. A base de cálculo da COSIP é o valor da Tarifa de Iluminação Pública Conv1 - % TarifaB4B aplicada pela concessionária de Distribuição de Energia Elétrica ao Município.

Art. 253-A. A Contribuição para COSIP será calculada mensalmente sobre o valor da tarifa de iluminação pública vigente, Subgrupo B4B, devendo ser adotado nos intervalos de consumo indicados segundo os percentuais correspondentes, conforme a seguinte tabela:

| COSIP | Faixa de Consumo (Kwh) | | Alíquota da COSIP Valor Mensal em % |
|-------|------------------------|------|--|
| | De | Até | |
| COSIP | 0 | 50 | 0 |
| COSIP | 51 | 100 | 1 |
| COSIP | 101 | 200 | 2 |
| COSIP | 201 | 300 | 3 |
| COSIP | 301 | 500 | 5 |
| COSIP | 501 | 700 | 8 |
| COSIP | 701 | 1000 | 9 |
| COSIP | acima de 1001 | | 11 |

§ 1º O valor da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação e de Segurança Pública - COSIP, incidente sobre o imóvel não edificado ou não abastecido por energia elétrica, será calculado aplicando a alíquota fixa anual de 0,15 (quinze décimos) da UFMU, por metro linear de testada.

§ 2º A COSIP incidente sobre estes imóveis previsto no § 1º deste artigo poderá ser lançada e cobrada conjuntamente com a notificação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

§ 3º Sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis, o crédito tributário relativo à COSIP, não integralmente pago no vencimento, ficará sujeito aos acréscimos praticados pela concessionária de energia.

Art. 253-B. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar contrato ou convênio com a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica local, para promover a arrecadação da COSIP." (NR)

.....

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2026, observada, no que couber, a regra da alínea “c” do inciso III do art. 150 da Constituição Federal.

Art. 3º Ficam revogados:

I – os §§ 1º e 2º do art. 250; e



II – o parágrafo único do artigo 253.

Unaí, 16 de dezembro de 2025; 81º da Instalação do Município.

THIAGO MARTINS RODRIGUES
Prefeito





PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Praça JK, S/N, Centro, Unai - MG, CEP: 38.610-000

CNPJ: 18.125.161/0001-77

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO MARTINS RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL**, CPF: 012.44*. **6-*4 em 17/12/2025 09:54:46, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09V3.4854.1468.K81W.7768**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **5DB.9D0** - Tipo de Documento: **PROJETO**.

Elaborado por **THIAGO MARTINS RODRIGUES**, CPF: 012.44*. **6-*4 , em 17/12/2025 - 09:54:46

Código de Autenticidade deste Documento: 0932.3K54.246Z.164V.6187

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://zeropapel.unai.mg.leg.br/verdocumento>

